

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA¹

Pricila Silva Mota²

RESUMO

A inserção da psicologia nas políticas públicas é um evento recente em termos históricos, e, apesar de alguns avanços, ainda há um longo caminho a prosseguir. Este estudo teve como objetivo verificar o que a literatura científica apresenta sobre a relação entre Psicologia e Políticas Públicas de Saúde, visto a inserção de um profissional de forma mais volumosa nesta área. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura científica nacional nas bases PePSIC, SciELO e BVS, com buscas encontradas entre 2002 e 2016. Foram selecionados dez estudos, sendo três empíricos e sete teóricos. Os temas emergentes nos artigos referem-se à contribuição da Psicologia (ciência e profissão), às Políticas Públicas de Saúde, à Prática Psicológica nos programas ofertados pelo SUS e à Reflexão do Processo de Inserção e Atuação da Psicologia no SUS.

Palavras-chave: Psicologia. Políticas públicas. Sistema Único de Saúde (Brasil).

ABSTRACT

The insertion of psychology into public policy is a recent event in historical terms, and despite some advances there is still a long way to go. This study aimed to verify what the scientific literature presents about the relationship between Psychology and Public Health Policies, since the insertion of these professionals in a more voluminous way in this area. An integrative review of the national scientific literature was carried out at the PePSIC, SciELO and BVS-Psi databases, with searches found between 2002 and 2016. Ten studies were selected, being three empirical and seven theorists. Emerging themes in the articles refer to the contribution of psychology (science and profession) to public health policies, to psychological practice in the programs offered by SUS and to the reflection of the process of insertion and actuation of psychology in SUS.

Keywords: Health Unic System (Brazil). Psychology. Public policy.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Gestão em Saúde, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, sob orientação do Prof. Dr. Helson Freitas da Silveira.

² Estudante do Curso de Especialização em Saúde da Família pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil, polo São Francisco do Conde - BA.

1 INTRODUÇÃO

Compreendendo o trajeto histórico da psicologia, vê-se a constituição de práticas intrinsecamente associadas à clínica e ao atendimento individual. Tal fato repercute nos espaços em que a psicologia se inseriu e nos tipos de práticas que foram desenvolvidas ao longo do tempo (CARVALHO e YAMAMOTO, 2002).

Além disto, podemos destacar como um fenômeno de grande relevância a transgressão do *status quo* feito pela psicologia enquanto ciência e profissão, ao ousar se inserir no espaço das Políticas Públicas, sejam elas educacionais ou socioassistenciais, e, como foco desse artigo: a Política Pública da Saúde.

Diante de tal fato, é importante compreender o que são Políticas Públicas, e mais especificamente o que são Políticas Públicas de Saúde visando, por fim, compreender o papel da psicologia ao se relacionar com as políticas públicas de saúde.

Ruas (2012) delimita, com bastante cautela, o significado do termo “política”, na Língua Portuguesa: ele possui significado ambíguo, podendo representar, em um primeiro momento, a defesa dos interesses e valores exclusivos e individuais de alguns atores políticos, e/ou o planejamento racional e neutro executado pelo Estado para mediar e até mesmo minimizar os conflitos oriundos da sociedade. É este último que consideramos quando utilizamos a palavra “política” no conceito Políticas Públicas.

No tocante a este conceito, podemos considerar a pluralidade de definições que o permeiam. Autores como Mead (1995, apud Souza, 2006) Lynn (1980, apud Souza, 2006), Peters (1986 apud, 2006) e Dye (1984, apud Souza, 2006) são alguns dos que se debruçam sobre ele na literatura científica.

Neste trabalho, optou-se por considerar o conceito trazido por Caldas, e cols. (2008, p.5), que o define como uma “totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”.

Souza (2006, p.7) resume Política Pública como um campo de conhecimento que visa, simultaneamente, pôr o governo em ação e/ou analisar essa ação, e quando necessário, propor modificações no curso ou rumo dessas ações.

Neste contexto, entendendo Políticas Públicas como ações do Estado para mediar conflitos e mazelas da sociedade, visando alcançar, como supracitado, o bem-estar da sociedade, destacamos uma das maiores Políticas Públicas relacionadas à saúde: o SUS.

Ao avaliar a história da saúde no Brasil, percebe-se que o acesso a esta se dava por meio de ações filantrópicas e/ou privatista, estando o Estado afastado dessa responsabilidade.

Com o Sistema Único de Saúde, o Estado e as instituições complementares se propõem a universalização do acesso e igualdade no atendimento à saúde a toda a população brasileira, sem distinção de cor, gênero e classe social, cumprindo com o que uma política pública se propõe (BRASIL, p.13, 1990).

No tocante a psicologia, vê-se a aproximação da ciência e da profissão com as Políticas Públicas de Saúde por meio de dois aspectos: o primeiro, de cunho institucional, se dá com a Reforma Psiquiátrica, que, inspirada no Programa de Saúde Mental Comunitária criado nos Estados Unidos, objetivava uma mudança no cuidado aos portadores de sofrimento mental, proporcionando tratamento na comunidade a que estes pertenciam, tornando os recursos disponíveis, nesta comunidade, acessíveis aos mesmos, além de implantar centros de saúde comunitários como alternativas às instituições psiquiátricas (CARVALHO e YAMAMOTO, 2002, p 04; ZURBA, 2011, p. 117).

O segundo aspecto associa-se a essa nova racionalidade de cuidado em Saúde Mental, aproximando-se de um cunho social a partir do renascimento dos movimentos sociais, da decadência do modelo médico-privatista e da crise econômica que afetava o país. Este último fator implicou na redução do mercado de atendimento psicológico privado e as pressões oriundas dos movimentos sociais engendraram uma crítica direcionada a clínica tradicional por não apresentar uma significação social à prática profissional, obrigando a construção de práticas socialmente relevantes pela psicologia. (CARVALHO e YAMAMOTO, 2002, p.4).

Atualmente, é possível perceber a presença de psicólogas e psicólogos em serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde, como hospitais, centros de atenção psicossociais, ambulatórios de saúde mental, núcleo de apoio a saúde da família, entre outros.

Neste sentido, por se tornar um campo novo de inserção da psicologia, este artigo tem por objetivo compreender o que a literatura científica tem construído sobre a relação da Psicologia com as Políticas Públicas de Saúde, visando compreender o que é mais debatido, o que é mais investigado e quais as lacunas que ainda precisam ser preenchidas nesse contexto.

2 MÉTODO

Trata-se de estudo de revisão integrativa, restringindo-se à estudos teórico-metodológicos, quantitativos ou qualitativos, visando compreender o que a literatura científica apresenta sobre a relação entre Psicologia, Políticas Públicas e Saúde no Brasil. Foram excluídas monografias, teses, livros, capítulos de livros, notícias de jornais; trabalhos cujos títulos faziam

referência a um ou a nenhum dos descritores; textos cujos resumos não se aproximavam da temática Psicologia, Política Pública e Saúde; que não possuam seu texto na íntegra ou não tenha o português como idioma. Não foram estabelecidos limites quanto à data de publicação.

Na estratégia de busca, foram utilizadas as seguintes bases de dados eletrônicas de caráter científico: PePsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Foram utilizadas as expressões "Psicologia e Políticas Públicas" e "Psicologia, Políticas Públicas e Saúde" para verificar o título, o resumo ou o assunto, a depender da base de dados. A busca foi realizada no período de agosto a setembro de 2018.

Após a identificação, realizou-se a seleção dos estudos primários, de acordo com a questão norteadora e os critérios de inclusão previamente definidos. Todos os estudos identificados por meio da estratégia de busca foram inicialmente avaliados pela análise dos títulos e resumos. Nos casos em que os títulos e os resumos não se mostraram suficientes para definir a seleção inicial, procedeu-se à leitura integral da publicação.

No procedimento utilizado para compilação dos resultados, foram realizadas as seguintes etapas com inserção dos critérios de inclusão e exclusão:

1) Primeira etapa: a identificação dos trabalhos a partir da base de dados elencadas. Como critérios de inclusão, estabeleceu-se que os artigos deveriam: (a) ter temas compatíveis com Psicologia e Políticas Públicas de Saúde; (b) e serem escritos em Língua Portuguesa. Foram encontrados **390** trabalhos científicos entre artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

2) Segunda etapa: realizou-se uma triagem a partir da análise de título para a seleção ampla de prováveis trabalhos de interesse, utilizando como critérios de inclusão trabalhos que: a) fizessem referência ao trio ou a dupla de descritores³; b) e que disponibilizavam o resumo nas bases de dados. Os critérios de exclusão consistiam: a) títulos que faziam referência a um ou nenhum dos descritores referidos. b) trabalhos duplicados e c) trabalhos não indexados em bases de dados (dissertações e teses). Por fim, três juízes avaliaram a coesão dos títulos dos trabalhos com o objetivo da pesquisa. Isto posto, foram selecionados da fase de triagem dez artigos para leitura e análise dos resumos.

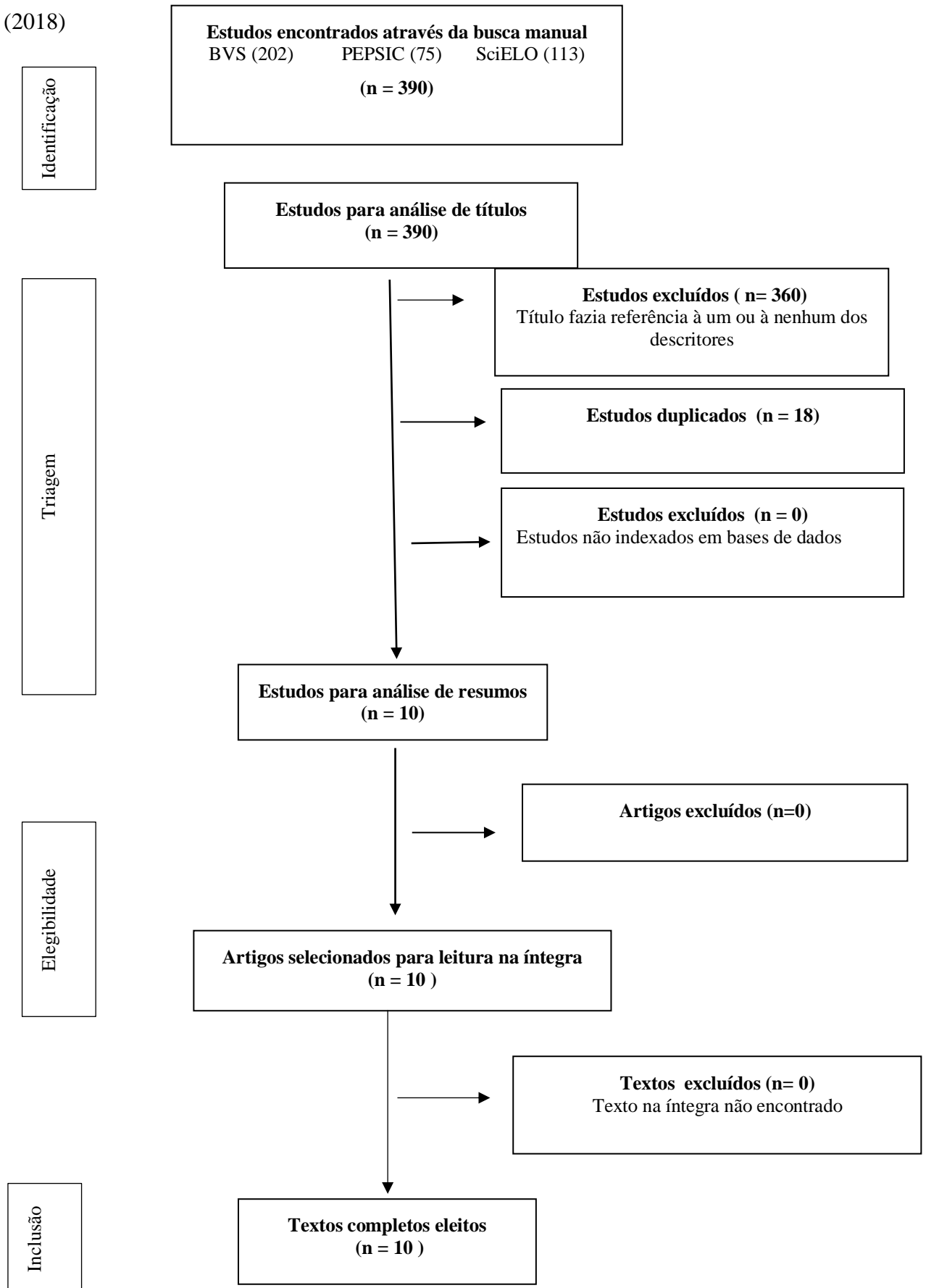
³ Entendendo o SUS como a única política pública de saúde do Brasil foram incluídos títulos que faziam referência aos termos: Sistema Único de Saúde, SUS e/ou Saúde Pública assim como os programas e ações desenvolvidos dentro dessa política como: o núcleo de apoio a saúde da família, estratégia de saúde das famílias, atenção primária, entre outros.

3) Terceira etapa: a análise dos resumos, observando se os mesmos faziam referência ao problema de pesquisa. Nesta fase, não houve exclusão, pois todos estavam de acordo com a temática proposta e foram elegidos para prosseguir para a quarta e última etapa.

4) Quarta etapa: depois da análise dos títulos e resumos, empenhou-se na leitura minuciosa dos artigos selecionados. Foram explorados **dez** trabalhos a partir de leituras e fichamentos, nenhum artigo foi excluído desta etapa. Vide fluxograma:

Figura 1

Fluxograma do processo de seleção do estudo através da busca manual da Revisão Sistemática (2018)



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise e leitura dos artigos, foi realizada a análise bibliométrica dos mesmos seguidas da análise bibliográfica. Os dados bibliométricos indicam que o ano de 2010 aparece com o maior número de publicações seguidos dos anos de 2002 e 2005, havendo um salto para os anos de 2010, 2011, 2013 e o estudo mais recente é de 2016. As revistas que mais produziram estudos nesta temática se restringem a área da Psicologia, sendo a revista Psicologia Ciência e Profissão com maior número de artigos publicados. Podemos sugerir que tal fato se dê pela mudança do *status quo* da psicologia, saindo do seu lugar comum de atuação profissional. A segunda revista com maior publicação foi a Psicologia e Sociedade, a qual podemos tecer a mesma análise visto as mudanças ocorridas na sociedade que engendraram a ampliação do campo profissional da Psicologia. Há uma diversidade de regiões que produziram as pesquisas nesta área, como Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, sendo Minas Gerais o estado que mais produziu pesquisas neste sentido (03). Alguns destes dados podem ser observados na tabela abaixo:

Quadro 1: Apresentação da síntese de estudos quantitativos quanto aos autores, ano e periódico avaliado.

Autor	Título	Ano	Periódico	Tipo de Estudo
<i>Lerner, Rogério et al</i>	<i>A Psicologia na articulação entre os âmbitos coletivo e psíquico: construção de uma política pública em saúde de cuidado com o desenvolvimento</i>	2013	Psicologia Ciência e Profissão	Teórico
<i>Freire, Francisca Marina de Souza; Pichelli, Ana Alayde Werba Saldanha</i>	<i>Princípios norteadores da prática psicológica na atenção básica: em busca da integralidade</i>	2010	Psicologia Ciência e Profissão	Empírico
<i>Böing, Elisângela; Crepaldi, Maria Aparecida</i>	<i>O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras</i>	2010	Psicologia Ciência e Profissão	Teórico
<i>Perucchi, Juliana et al</i>	<i>Psicologia e Políticas Públicas em HIV/AIDS: algumas reflexões</i>	2011	Psicologia e Sociedade	Teórico
<i>Benevides, Regina</i>	<i>A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?</i>	2005	Psicologia e Sociedade	Teórico
<i>Carvalho, Denis Barros de; Yamamoto, Oswaldo H</i>	<i>Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira.</i>	2002	Psicologia para América Latina	Teórico
<i>Camargo-Borges, Celiane; Cardoso, Cármen Lúcia</i>	<i>A psicologia e a estratégia saúde da família: compondo saberes e fazeres</i>	2005	Psicologia & Sociedade	Teórico
<i>Azevedo, Natália Silva; Kind, Luciana.</i>	<i>Psicologia nos núcleos de apoio à saúde da família em Belo Horizonte</i>	2013	Psicologia: Ciência e Profissão	Empírico
<i>Ferreira Neto; João Leite</i>	<i>A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses</i>	2010	Psicologia: Ciência e Profissão	Teórico
<i>Cimino Ana Paula Noriko; Leite, Danielle de Fátima da Cunha Cavalcanti de Siqueira</i>	<i>Psicologia e Saúde Pública: Cartografia das Modalidades de Prática Psicológica nas Policlínicas</i>	2016	Revista Psicologia e Saúde,	Empírico

A maior parte dos estudos é de cunho teórico, sendo três de cunho empírico, realizados através de pesquisa de campo com profissionais de Psicologia, atuantes no SUS, utilizando como

método de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, questionário sociolaboral e método narrativo.

A análise bibliográfica dos artigos foi feita, inicialmente, por meio de uma leitura minuciosa. Foi realizada uma leitura criteriosa, seguida da distribuição em categorias de discussão e análise. Desse modo três categorias foram criadas a partir dos estudos selecionados:

3.1 CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA (CIÊNCIA E PROFISSÃO) À POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE

Em todos os artigos elencados para essa revisão integrativa, podemos identificar a contribuição da Psicologia para as Políticas Públicas de Saúde, seja pelas críticas realizadas aos modos de atuação desenvolvidos pelos profissionais, seja pela formação acadêmica voltada para um modelo específico ou pela apresentação das potencialidades da profissão e da ciência para este campo. Porém, todos tratam do tema de forma transversal, diferentemente de Lerner, et. al. (2013), que propõe uma discussão focada na contribuição da Psicologia nas Políticas Públicas de Saúde, por meio da criação de um instrumento para atuar na relação entre os aspectos coletivos e psíquicos dos bebês, o IRDI - Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil.

Por esta característica específica do trabalho dos autores, optamos por elencar o artigo de Lerner et. al. (2013) e destacá-lo em uma categoria própria. Constituído por 31 itens que giram em torno de situações dos cotidianos dos bebês e dos seus pais que expressam “o estado de saúde do bebê no vínculo com os pais nos primeiros 18 meses” (LERNER, et.al. 2013, p. 103).

A aplicação pode ser feita por diversos profissionais da saúde, mediante um curso de formação e supervisão de psicólogos já habituados com a aplicação do IRDI. Segundo os autores, sua aplicação possibilita uma maior compreensão das angústias vividas pela mãe durante o processo de maternagem, os vínculos entre mãe e bebê, além do aperfeiçoamento do profissional neste contexto. É ressaltado que tal instrumento tem sido utilizado, nos mais diversos serviços de saúde, perpassando a atenção básica e a atenção especializada. E visa ser muito mais do que especificar situações que afetam o desenvolvimento dos indivíduos, mas um resgate do aspecto psíquico do indivíduo, indissociado dos aspectos sociais que o circundam; objetiva, também, administrar tais dados dentro das Políticas Públicas de Saúde. Neste sentido, podemos pensar que o saber psicológico se torna de fato transversal nas práticas de cuidado em saúde, com a aplicação desse instrumento.

3.2 A PRÁTICA PSICOLÓGICA NOS PROGRAMAS OFERTADOS PELO SUS

Com relação à prática realizadas pelos psicólogos e psicólogas nas Políticas Públicas de Saúde, mais especificamente no SUS, destacamos autores como Freire e Pichelle (2010), Perucchi, et.al. (2011), Azevedo e Kind (2013), Ciminino e Leite (2016) e Neto (2016), que em seus trabalhos apresentam sobre o fazer da Psicologia em espaços como as Unidades Básicas de Saúde, na Estratégia de Saúde da Família, no Núcleo de Apoio as Famílias e nas Policlínicas.

Freire e Pichelle (2010), por exemplo, realizaram uma pesquisa de campo com 17 psicólogos da cidade de João Pessoa, buscando compreender os norteadores que fundamentam suas práticas profissionais na Atenção Básica de Saúde (AB) e localizar os serviços em que estes profissionais estão inseridos e quais as atividades desenvolvidas. As Unidades Básicas de Saúde (UBS), a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Núcleo de Apoio da Saúde da Família (NASF) foram os locais de atuação dos profissionais de psicologia apresentados no estudo, estando o NASF na posição de especialista em saúde mental, realizando o matriciamento, o lugar mais ocupado por psicólogos na atenção básica de acordo com este estudo.

Não é por acaso que encontramos, entre os artigos selecionados, Azevedo e Kind (2013), que apresentam a atuação de psicólogos no NASF. Os autores que realizaram um estudo de campo associado a um trabalho bibliográfico descrevem um pouco sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais de psicologia no NASF em Belo Horizonte, que gira em torno do atendimento individual, trabalho coletivo e visitas domiciliares. É destacado ainda que a função do NASF perpassa pela ideia da reabilitação e do assessoramento das situações que a ESF não consegue dar conta. Deste modo, os autores apontam que, além das ações supracitadas, a existência do matriciamento efetivado pelas reuniões do NASF com equipes da ESF nos locais da pesquisa caracterizam o funcionamento primordial desse serviço. Os autores apresentam que o trabalho no NASF não é, ou pelo menos não deveria ser feito, de forma unidisciplinar, individual, pois mesmo no atendimento individual, o trabalho é coletivo, visto que há uma interdisciplinaridade no cuidado com o paciente.

Cimino e Leite (2016), por sua vez, constroem um trabalho empírico, procurando investigar a atuação da psicologia em policlínicas da cidade de Recife, visando compreender quais elementos embasam sua prática e direcionam seu olhar para condição de saúde da população que atende. Segundo os autores, as modalidades práticas exercidas pelos psicólogos neste contexto referem-se a psicoterapia individual, oficina diagnóstica, ludoterapia, plantão psicológico e atendimento em grupo para crianças, adolescentes e adultos. Além disso, é citado pela primeira vez, dentre os artigos selecionados, o trabalho psicoeducativo sobre o papel do

psicólogo visto que muitos desconhecem a atuação desse profissional, chegando até ele por meio de encaminhamento de outro profissional de saúde, para afastamento do trabalho ou para ser medicado, o que compromete o investimento do paciente no tratamento, gerando abandono do mesmo.

O artigo de Perucchi et al (2011) traz a interface da psicologia com as Políticas Públicas de Saúde de modo mais específico, no contexto do HIV/AIDS. Diferentemente dos trabalhos supracitados, os autores não elencam instituições nem serviços em que o psicólogo atue no contexto do HIV/AIDS. Contudo, busca promover uma reflexão que permeie, de forma transversal, a prática do psicólogo, seja em qualquer instituição que atuar, e especificamente na colaboração ou até mesmo na construção de políticas públicas que gerem impactos no campo do HIV/AIDS.

Segundo os autores, a atuação no campo do HIV/AIDS convoca os profissionais a desenvolver uma prática que esteja intrinsecamente associada às condicionantes sociais que impactam a saúde dos indivíduos, visto que o HIV/AIDS é cercado de preconceitos, estereótipos, desinformações e medos, cabendo ao profissional de psicologia, a partir do seu saber específico, atuar de forma que promova a redução do preconceito e dos atos de discriminação desse público. O que podemos entender é que os autores convocam o profissional a atuar de forma ampla, não se restringindo ao olhar clínico, mas construindo com novos saberes, novos olhares e novas formas de atuação da psicologia que beneficie este campo.

Seguindo uma linha diferente da dos autores citados anteriormente, mas que comunga com a temática da prática profissional no SUS, Neto (2010) ressalta os impasses enfrentados pelos profissionais de psicologia no SUS. Destaca dois fatores para a construção desses impasses: a porta de entrada dos psicólogos no SUS associada à reforma psiquiátrica e o privilégio da clínica privada como modelo proeminente nos cursos de graduação e conseqüente do *modus operandi* desses profissionais nos campos de atuação. Esta última crítica é apresentada em todos os trabalhos supracitados, destacando a necessidade de ampliar o olhar do psicólogo no que se refere a sua atuação nas Políticas Públicas de Saúde (FREIRE e PICHELLE, 2010; AZEVEDO e KIND, 2013; CIMINO e LEITE, 2016; e PRERUCCHI et.al, 2011). Essa crítica ao modelo clínico ainda muito arraigado na psicologia é recorrente nos trabalhos elencados. A crítica à prática clínica e a busca por uma atuação que considere o contexto social dos indivíduos e a forma de organização política da sociedade é tema que aparece de forma recorrente nos trabalhos elencados.

O estudo de Freire e Pichelli (2010) por exemplo, associa-se a esta crítica, quando ressalta o matriciamento como principal lugar ocupado pelos psicólogos na atenção básica.

Destacando a possibilidade deste profissional está representado, de forma mais enfática, como um especialista em saúde mental. Tal fato dialoga com o estudo de Boing e Crepaldi (2010), que, apesar de termos incluído na categoria posterior, traz uma reflexão sobre o lugar do especialista em saúde mental no que tange à psicologia na atenção básica. Isso pode gerar consequência indesejáveis para o conceito de saúde que engendramos e as práticas associadas a esse conceito. Uma delas é a ideia de uma saúde fragmentada, na qual a saúde mental é vista como uma especialidade e não como elemento que deve ser transversal, correndo o risco de incorrer no erro do psicólogo desconsiderar as condicionantes sociais, políticas, biológicas e espirituais que impactam o indivíduo.

3.3 REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO E ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO SUS

Camargo-Borges e Cardoso (2005) trazem uma descrição sobre a reconfiguração do sistema de saúde brasileiro, tendo como ponto alto a construção da habilidosa estratégia de saúde da família, que se destaca por visar a integralidade do cuidado, o que contribui significativamente para inserção dos psicólogos nas Políticas Públicas de Saúde. Contextualizam a concepção de saúde que temos a partir da Constituição de 1988 e a importância da Psicologia Social da Saúde⁴ como importante estratégia de atuação neste contexto.

Os autores buscam construir uma ponte entre a psicologia e ESF e questionam a efetividade do trabalho multidisciplinar realizado nesses espaços, especialmente pela dificuldade do trabalho em conjunto dos profissionais, sendo que, quando ocorrem, direcionam-se no sentido de delegação de tarefas. Neste sentido, reforçam a Psicologia Social da Saúde como movimento potente para atuação no contexto da Saúde Pública e mais especificamente da ESF, visto que a ideia dos vínculos, dos afetos, das interações humanas, relacionam-se intrinsicamente com a prática que deve ser desenvolvida da atenção básica e na ESF. Isto posto, instiga a psicologia expandir seus horizontes, desfocando da prática clínica e construindo ações coletivas, compreendendo aspectos históricos e sociais dos indivíduos atendidos, que deem conta do contexto da saúde pública.

Boing e Crepaldi (2010) iniciam uma reflexão sobre o desafio destinado ao profissional de psicologia: superar a formação acadêmica voltada para a prática clínica individual, buscando não transportar esta prática para o cenário da atenção básica em saúde.

⁴ Vale ressaltar que este é o primeiro texto que traz o termo Psicologia Social da Saúde. Apesar dos autores distribuídos na categoria anterior relatarem sobre a atuação dos profissionais, é neste texto que traz uma possível denominação teórica de atuação da psicologia nas políticas públicas de saúde.

As autoras consideram que o desenvolvimento de uma posição ética e política é uma das características necessárias para a sustentação do projeto do SUS e de uma atuação consistente na Estratégia de Saúde da Família. Como já citado anteriormente, há um debate sobre o local de atuação do psicólogo na atenção básica e sobre as consequências disso para o cuidado integral dos indivíduos. Deste modo, mesmo não havendo um lugar formalizado, ao participarem de ações como o matriciamento, por exemplo, são vistos como “especialista em saúde mental”. Esse lugar, entretanto, mostra-se perigoso, pois o profissional de psicologia deve estar atento aos demais níveis que afetam os indivíduos, enxergar o indivíduo como um todo, não apenas deter seu olhar a siquê (BOING e CREPALDI, 2010, p. 644).

Benevides (2005), entretanto, apresenta uma discussão diferenciada dos autores supracitados, a medida em que relata não comungar da ideia de que a Psicologia Clínica tem um cunho conservador e a Psicologia Social, emancipador.

A autora traz como principal fator para atuação nas Políticas Públicas, especialmente no SUS, a reflexão sobre três eixos: o que queremos; o que podemos e, o que faremos para construir uma saúde pública possível. Benevides propõe, ainda, que a cisão da análise do sujeito em aspectos individuais⁵ e sociais que o circunda contribui para uma dicotomia ineficaz. Ao longo de todo o texto a autora defende a inseparabilidade entre o social e o individual, sendo possível pensar políticas públicas como atos coletivos que atingem o singular e vice e versa. Faz um paralelo entre a inseparabilidade do social com o individual, com a gestão e atenção em saúde, apontando que o modo de cuidar e de atender os sujeitos (a atenção), relaciona-se intrinsecamente com a gestão dos serviços. Benevides propõe, ainda, a reflexão política do lugar que se quer ocupar enquanto profissional de psicologia no SUS ou nas demais políticas públicas, visto que as mesmas foram engendradas a partir de lutas e resistências históricas à tendências neoliberalistas, visando a construção de serviços mais eficazes para a população.

Por fim, Carvalho e Yamamoto (2002) iniciam o seu trabalho pontuando o equívoco de dissociar a reflexão sobre a gestão das políticas públicas e a política neoliberal envolvida neste contexto. Discutem sobre o impacto da política neoliberal nos serviços públicos brasileiro, onde o profissional de psicologia se insere. O artigo apresenta as contradições do Estado de Bem Estar Social, iniciando pelo modelo taylorista-fordista de trabalho, sua crise e a culminância na Ideologia Neoliberal. Esta ideologia também é detalhada pelos autores em seu contexto histórico, seus pressupostos e propostas que vão de encontro a ideia de um Estado mínimo, com redução de políticas sociais e o controle da economia guiada pelo mercado.

⁵ Podemos compreender que quando a autora se refere ao aspecto individual da psicologia, está se referindo a prática clínica.

Além disto, explanam sobre o histórico de inserção dos psicólogos nos serviços públicos de saúde, que se deu a partir da reforma psiquiátrica ocorrida no Brasil (inspirada pela Reforma Psiquiátrica que aconteceu nos Estados Unidos); da crise da prática clínica em consultórios particulares decorrente da crise financeira que o país enfrentava, entre outros fatores.

Diante disto, podemos destacar como a principal reflexão trazida pelos autores: o papel político do profissional de psicologia no SUS. Esse profissional deve apresentar-se como resistência aos desmontes provocados pela agenda neoliberal que impacta a sociedade e as áreas de seguridade social. Além disso, mais uma vez os autores retomam a importância da construção de práticas psicológicas que transcendam o modelo clínico e maior organização política da classe, almejando uma prática profissional que atenda as demandas da comunidade em geral, especialmente a população atendida pelo SUS, podendo assim serem conhecidas e legitimadas por ela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou revisar o que a literatura apresenta sobre Psicologia e Políticas Públicas de Saúde, compreendendo quais pontos mais se destacam nessa articulação. A partir disto, percebe-se uma quantidade significativa de publicações na década de 2000, mesmo a inserção da Psicologia com as Políticas Públicas de Saúde tendo se dado a partir da década de 70 e tendo seu desenvolvimento nas décadas de 80 e 90 (PIRES e BRAGA, 2009, p 152).

Isso pode reforçar a ideia, tão discutida na maioria dos trabalhos apresentados (Freire e Pichelli, 2010; Perucchi, et.al. 2011; Azevedo e Kind, 2013; Ciminino e Leite, 2016; Neto, 2016; Camargo-Borges e Cardoso, 2005; Boing e Crepaldi, 2010 e Carvalho e Yamamoto, 2002), da predominância da formação clínica do psicólogo, entendendo que a pesquisa faz parte do tripé que sustenta a formação acadêmica, de forma conjunta com a extensão, é possível pensar que houvesse pouco interesse em aprofundar o debate sobre essa temática.

De volta a predominância da formação clínica, vemos este como ponto comum na maioria dos trabalhos, tal apontamento demonstra que há lugares de reflexão crítica sendo construídos sobre a prática psicológica nas políticas públicas. É possível pensar que a intensificação dessa reflexão tenha se dado, também, com as mudanças nas Diretrizes Curriculares Das Graduações em Psicologia, engendradas a partir dos grandes encontros de Psicologia, a exemplo do Encontro de Serra Negra em 1992 (justamente na década em que se dava o desenvolvimento da psicologia nas políticas públicas de saúde), onde diversos representantes de IES - Instituições de

Ensino Superior – se reuniram para refletir sobre os paradigmas da formação; das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Saúde, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia em 2004, estabelecendo uma atuação multiprofissional, com habilidades, conhecimentos e atitudes em favor dos sujeitos e de suas comunidades, promovendo a saúde para todos (PORTES e MÁXIMO, 2010, p. 154).

A maior parte dos estudos descreve os lugares de atuação do psicólogo nas Políticas Públicas de Saúde e suas atividades realizadas. É importante destacar um ponto importante, os artigos que pensam a atuação do psicólogo, assim como refletem sobre sua inserção referem-se, em sua maioria, a atuação na atenção primária – Freire e Pichelle (2010), Perucchi, et.al.(2011), Azevedo e Kind (2013), e Neto (2016) a exceção de Ciminino e Leite (2016), que pesquisa sobre a atenção secundária quando fala das policlínicas. Não foi visto pesquisa com profissionais em hospitais, serviços de urgência e emergência, sendo que tais instituições também fazem parte das Políticas Públicas de Saúde.

Espera-se, então, que este estudo contribua com a reflexão sobre os principais elementos envolvidos na relação entre a Psicologia e as Políticas Públicas de Saúde, instrumentalizem os profissionais de forma mais eficaz com nesse contexto, promova reflexões e ratifiquem as já existentes, contribuindo para diminuir as dificuldades vigentes.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Regina. **A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?**. Psicol. Soc., Porto Alegre , v. 17, n. 2, p. 21-25, Agost. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200004&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. **Lei No. 8080/90**, de 19 de setembro de 1990. Brasília: DF. 1990. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm>.

Acesso em: 10 de outubro de 2018.

BOING, Elisângela; CREPALDI, Maria Aparecida. **O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 30, n. 3, p. 634-649, set. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300014&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 23 set. 2018.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (coord). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p. Disponível em:

<<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%>

20P%C3%9ABLICAS.pdf>.

Acesso em 23 set. 2018.

CAMARGO-BORGES, Celiane; CARDOSO, Cármen Lúcia. **A psicologia e a estratégia saúde da família: compondo saberes e fazeres.** *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 26-32, ago. 2005. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200005&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em 23 set. 2018.

CARVALHO, Denis Barros de; YAMAMOTO, Oswaldo H. **Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira** *Psicol. Am.*

Lat., México, n. 0, ago. 2002. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2002000100002&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em 23 set. 2018.

CIMINO, Ana Paula Noriko; LEITE, Danielle de Fátima da Cunha Cavalcanti de Siqueira.

Psicologia e saúde pública: cartografia das modalidades de prática psicológica nas policlínicas. *Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande*, v. 8, n. 1, p. 14-23, jun. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2016000100003&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em 23 set. 2018.

FERREIRA NETO, João Leite. **A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses.** *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 390-403, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200013&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 23 set. 2018.

FREIRE, Francisca Marina de Souza; PICHELLI, Ana Alayde Werba Saldanha. **Princípios norteadores da prática psicológica na atenção básica: em busca da integralidade.** *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 30, n. 4, p. 840-853, Dec. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000400013&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 23 set. 2018. .

LERNER, Rogério et al. **A Psicologia na articulação entre os âmbitos coletivo e psíquico: construção de uma política pública em saúde de cuidado com o desenvolvimento.** *Psicol. cienc. prof.* Brasília, v. 33, p. 100-111, 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500011&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 23 Set. 2018.

PIRES, Ana Cláudia Tolentino; BRAGA, Tânia Moron Saes. **O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional.** *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 151-162, 2009.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100013&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em 13 out. 2018.

PORTES, João Rodrigo Maciel; MAXIMO, Carlos Eduardo. **Formação do psicólogo para**

atuar no sus: possíveis encontros e desencontros entre as diretrizes curriculares nacionais e as matrizes curriculares de um curso de psicologia. Barbaroi, Santa Cruz do Sul , n. 33, p. 153-177, dez. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 out. 2018.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 128p. 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão de literatura.** Sociologias. Porto Alegre, jul./dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

ZURBA, Magda do Canto. **A história do ingresso das práticas psicológicas na saúde pública brasileira e algumas consequências epistemológicas.** Memorandum, 20, Belo Horizonte, 2011. P 105-122. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a20/zurba01>>. Acesso em: 19 ago. 2018.